

O NACIONALISMO DOS “EMPALHADOS”: OUTROS ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

MARTINHO BRAGA BATISTA E SILVA

Doutorando em Antropologia Social

PPGAS / MN / UFRJ

Resenha de: CUNHA, Neiva. *Viagem, Experiência e Memória: narrativas de profissionais da saúde pública dos anos 30*. Bauru-SP: Edusc, 2005. 330pp.

A saúde pública brasileira já foi e tem sido objeto de muitos estudos históricos de pesquisadores nacionais e internacionais, mas nem sempre combinando a variedade de fontes utilizada pela professora dra. Neiva Vieira da Cunha em sua investigação sobre uma parcela dos militantes que colaboraram para fazer e escrever a história do sanitarismo no Brasil. Originalmente uma tese de doutorado defendida na Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ, premiada em 2004 na área de antropologia pelo concurso EDUSC-ANPOCS, o livro então publicado pode ser considerado uma “etnografia retrospectiva” da trajetória profissional de sanitaristas. A autora reúne longas entrevistas e documentos variados, como correspondências, sistematizando esse material no sentido de torná-lo um conjunto de narrativas.

É justamente como “trabalho de campo” que esses profissionais designam sua tarefa de “debelar epidemias” no “interior” do país, tais como a peste e a febre amarela. Mas sanitarista faz trabalho de campo? O livro permite notar em que medida esta prática é concebida e atualizada pelos autodesignados “Empalhados”, geração de sanitaristas cuja carreira se iniciou nos anos 1930.

As categorias utilizadas pelos próprios atores sociais, por exemplo, o “espírito de sanitarista”, são o ponto de partida deste estudo acerca de velhos militantes um tanto quanto esquecidos pela história da saúde pública no Brasil. Médicos, engenheiros, entomólogos e administradores reuniam-se regularmente ao longo da década de 70 e 80, pelo menos para lembrar e reviver “os velhos tempos de campanha”. Inclusive, esses sanitaristas procuraram colaborar com as recentes campanhas contra a dengue no país, mostrando sua disposição para a aventura e prontidão em face da possibilidade de retorno de um antigo e conhecido inimigo – o *aedes aegypti*. Entretanto, entre os anos 1930 e 1980 – esta última década em que o Sistema único de Saúde (SUS) entrou em vigor no país – muita coisa parece ter se modificado no âmbito das políticas públicas de saúde, valendo a pena perguntar, em meio às mudanças recentes, o que as “viagens”, o “campo” e a “vocação para a saúde pública” desses sanitaristas têm a dizer sobre o país.

Logo na “Introdução”, a pesquisadora expõe como se aproximou desse grupo peculiar de sanitaristas, principalmente através da companhia do dr. Celso Arcoverde, autor dos livros que recheiam as análises conduzidas nos dois últimos capítulos. Também explicita a razão pela qual acredita ser relevante olhar para esse período da Saúde Pública no país, os anos 30, e para a importância de suas fontes – entrevistas, mas também correspondências, cadernetas de campo, livros e jornais – e sua metodologia – a fim de tomar o material de análise enquanto narrativas, tendo como base as categorias utilizadas pelos atores sociais.

Mas não seria possível começar essa empreitada sem contextualizar historicamente a atuação dos “Empalhados”, sistematizando diferentes contribuições historiográficas e sociológicas sobre as políticas públicas relativas à saúde da população entre o final do século XIX e o início do século XX. Deste modo, o primeiro capítulo, “O Campo da Saúde Pública no Brasil”, nos

apresenta o cenário de Ministérios, Departamentos e Serviços, assim como especialidades e planos de governo, capítulo este em que se destaca o diálogo com uma bibliografia abrangente do campo da Saúde Pública.

A partir de tal contextualização histórica, a autora nos remete, no segundo capítulo, “A escolha pela Saúde Pública: vocação e destino”, à trajetória profissional desses sanitaristas. As categorias nativas ganham relevo já nesta parte do texto, no sentido de mostrar em que medida o idealismo, a curiosidade, o acaso, o espírito de sanitarista, a renúncia e o desprendimento ajudam a compreender a dimensão de missão e o projeto ligado ao exercício da profissão, contraponto à clínica e ligada a uma modalidade itinerante de medicina.

As categorias a partir das quais esses sanitaristas recordam sua atividade profissional, tanto em seu teor técnico quanto dramático, estão reunidas nos dois capítulos seguintes: o terceiro, “As viagens” e o quarto, “O campo e seus procedimentos”. Além dos Ministérios, dos Departamentos e das Diretorias presentes nos estudos históricos e sociológicos sobre o sanitarismo reunidos pela autora, entram em cena agora Serviços Nacionais, Circunscrições, Setores, Distritos, Zonas e Postos. Ao invés dos grandes nomes da política e da ciência no Brasil da Primeira República, têm lugar os médicos, os guardas-sanitários e os motoristas das equipes, assim como os políticos, os curandeiros e os moradores de municípios do interior do país.

Os tipos de viagens e suas descrições e o trabalho de construção de si e da nação envolvido nessas andanças pelo Brasil compõem o terceiro capítulo, no qual somos levados a perceber o quanto a dimensão de aventura engloba aquela de rotina na atividade dos sanitaristas. É aqui que notamos as aproximações entre o trabalho de campo dos antropólogos e dos sanitaristas. Os procedimentos de inspeção e investigação nos remetem ao teor belicoso da atividade do sanitarista, não só de confronto com o meio, mas também com

as pessoas e seus “hábitos arraigados”: uma cosmologia do sanitarismo organiza essas práticas, no sentido de iniciar a população do interior nos valores higienistas. Aqui, definitivamente, os “trabalhos de campo” de sanitaristas e antropólogos afastam-se.

Por fim, na conclusão, a autora desenha o grupo de sanitaristas como narradores e formula a narrativa como seu método de pesquisa, tornando objeto e prática de pesquisa algo imbricado. Esse procedimento faz emergir interpretações interessantes sobre os “Empalhados”, remetendo sua atividade de vigilância epidemiológica a algo mais abrangente do que suas técnicas e seus procedimentos de saúde pública, tornando-os quase que sentinelas dos perigos enfrentados pela nação brasileira.

Mas quem são esses sanitaristas? Embora o *corpus* etnográfico efetivamente apresentado no livro contenha entrevistas com três deles, o grupo dos autodesignados “Empalhados” chegou a ter de 20 a 30 sanitaristas, que se reunia mensalmente na cidade do Rio de Janeiro em diferentes lugares (públicos e privados, civis e militares, em restaurantes e salas de reunião). Esses encontros eram momentos privilegiados para o exercício de suas lembranças sobre “os velhos tempos de campanha”, “as longas viagens” e “a vivência no campo”. No final dos anos 80, com a morte paulatina de seus integrantes, eram pouco mais de 15 pessoas e, em meados dos anos 90, com a morte do maior entusiasta do grupo (o dr. Luís Romeiro, engenheiro-sanitarista), findaram os encontros. Aposentados, companheiros de longos anos de trabalho no desempenho de seu exercício profissional, haviam atuado em vários órgãos responsáveis pelas ações de saúde pública, em âmbito nacional e internacional. Segundo o ponto de vista do próprio grupo, tais encontros tinham por finalidade, além de “cultivar o relacionamento e a comunicação entre o pessoal da Saúde Pública”, também “manter acesa a chama”, não deixando que o “ideal da Saúde Pública se apagasse” (:30).

O que a autora pretendia ao investigar esse grupo de sanitaristas? De início, analisar os processos de construção social da memória, através da reconstituição das suas trajetórias profissionais. Mas quando se pôs a escutar as entrevistas, percebeu que junto às descrições detalhadas de procedimentos técnicos sobrepunha-se uma densidade dramática na narrativa das viagens a trabalho. Enfim, colocando-se em companhia de um desses narradores, o dr. Celso Arcoverde, notou que o epíteto “Empalhados” tem algo a dizer sobre a formação das próprias identidades sociais desses profissionais, dedicando-se a compreender de modo mais abrangente tal fenômeno, articulando-o a um dado contexto histórico do país.

Segundo a autora, a maioria dos estudos sobre Saúde Pública no Brasil privilegia o período compreendido entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX (:47-49), pois o movimento pelo saneamento do Brasil representou importante canal de construção da nacionalidade na Primeira República ao afastar o problema do atraso do país dos determinismos raciais e climáticos, afirmando a necessidade de cura e incorporação dessas populações à nação. desta maneira, a bibliografia historiográfica e sociológica sobre o tema enfatiza essa época por conta do impacto ideológico que o movimento teve sobre a intelectualidade brasileira. Entretanto, são menos frequentes análises mais sistemáticas e aprofundadas sobre a Saúde Pública no Brasil a partir dos anos 30, justamente aquele período no qual atuaram os, poderíamos dizer, “narradores empalhados”. Os anos 30 seriam uma passagem importante, de acordo com Neiva Cunha, de um tipo de atuação mais heróica do sanitarismo brasileiro para o processo de normatização dos serviços de Saúde Pública, talvez mesmo de rotinização desta atividade, definindo, inclusive, uma nova identidade profissional.

Essa nova geração de sanitaristas viria a integrar as várias frentes de trabalho dirigidas e coordenadas pelas Delegacias Federais de Saúde, espalhadas por todas as regiões do país (:79-80). A autora

lembra o caráter missionário, militar e nacionalista do trabalho de sanitarista, na medida em que não significava exclusivamente executar ações técnicas, mas participar do grande projeto civilizador que se realizava no país nesse período: caberia a eles levar o progresso para o interior do Brasil, movendo combate às endemias rurais. Nas palavras da própria autora, “É como se eles fossem designados a iniciar a população nas novas práticas sanitárias instituídas pela Saúde Pública, convertendo-a ao conjunto de valores representados pela nova cosmologia do sanitarismo” (:113).

Para um desses missionários do progresso, o dr. Celso Arcoverde, “é no campo que se forja o espírito do sanitarista” (:121). Esta frase condensa muitos dos sentidos da atividade profissional, diferenciando-a da clínica (forma sedentária do exercício da medicina) pelo caráter itinerante e condicionado pelas viagens constantes, assim como dos laboratórios e estudos universitários (escolarização própria à carreira de sanitarista nas décadas anteriores) pela dependência do saber em relação à experiência em campo. Viagem é a principal categoria nativa presente nas narrativas, remetendo à dimensão de aventura das atividades para além de seu caráter de rotina. Trabalho de campo é outra dessas categorias nativas recorrentes, encaminhando-nos à dimensão ritual dos procedimentos técnicos junto ao ambiente físico e à população.

As viagens são o eixo central sobre o qual essa geração de sanitaristas constrói suas narrativas de vida (:123-125), e é uma das razões da escolha pela Saúde Pública (viajar para conhecer o país), mas também a condição para o ofício (deslocamento constante em busca das doenças e dos doentes). Elas seriam uma marca distintiva do processo de socialização profissional, mas remeteriam, por outro lado, a uma busca existencial mais profunda, a descoberta de si mesmos a partir do encontro com um país desconhecido e sua realidade. Assim, poderíamos dizer que as viagens constroem a atividade profissional, o *self* e a nação ao mesmo tempo.

Às “viagens inaugurais” seguem-se as constantes “viagens de inspeção”, as “viagens de investigação”, as “viagens de transferência”, enfim, “as viagens ao exterior”. Nesse modelo nativo, as “inaugurais” teriam um caráter formador, épico, relativo à busca de trabalho após o fim da universidade, saindo da cidade natal para ir ao encontro do “interior do país”, sendo nomeada pelos atores sociais como “quixotescas”, “heróicas” e “românticas”. As “de inspeção” dizem respeito tanto às visitas domiciliares para conferir se o trabalho que cabia aos guardas-sanitários estava sendo realizado, quanto às visitas para verificar se as estatísticas e os registros estavam em ordem nos postos: fiscalizar e revisar eram o mote dessas viagens, mas sempre implicavam algum grau de acolhimento e hospitalidade na relação com a população. As “de investigação” eram aquelas em que o sanitarista investigava os casos suspeitos das doenças por meio do inquérito epidemiológico. As “de transferência” eram verdadeiras “odisseias”, nas palavras dos atores sociais, viajando por diferentes estados do Brasil para conhecer outras realidades epidemiológicas. Enfim, as “ao exterior” aconteciam quanto muitos dos sanitaristas ligavam-se a órgãos internacionais de saúde pública, tendo em vista seu reconhecimento nacional.

Nessas viagens, os “doutores da higiene” encontravam-se com os políticos, os curandeiros e os moradores locais, entrando em contato com outros sistemas de classificação das doenças (“queda de rato”, por exemplo) e com as regras da hospitalidade, sendo que na maioria das vezes sua relação com esses “outros” era mediada pelos guardas-sanitários e os motoristas, em geral nascidos na região. Os riscos e os perigos que cercavam essas viagens eram muitos, desde o “atoleiro” do carro no trânsito entre municípios até queda de cavalos. Oscilando entre a aventura e a rotina, a viagem desses sanitaristas, segundo a autora, “[...] guarda certa semelhança com a viagem do antropólogo. Também ele, em parte movido por uma espécie de inquietação, lança-se na aventura que significa a viagem em busca

do outro” (:189), algo como uma viagem de formação, uma iniciação, ou ainda um rito de passagem. Só que a viagem dos sanitaristas ocasionaria um “estrangeiramento”, diferente daquela dos antropólogos, ligada a uma experiência de desterro (:192).

Entretanto, quando deitamos nosso olhar sobre os procedimentos técnicos envolvidos na “vivência do trabalho de campo”, muitas outras dissonâncias aparecem entre sanitaristas e antropólogos, já que, de acordo com Neiva Cunha,

[...] para além de combater as doenças era preciso também enfrentar a resistência e a recusa das populações às novas normas e medidas impostas pelo sistema de práticas sanitárias [...]. Era preciso reorganizar o ambiente fornecendo-lhe, por assim dizer, uma nova gramática. Tratava-se, portanto, de iniciar essas populações na nova ordem do mundo representada por essa cosmologia do sanitarismo (:223).

Esses “representantes da nova ordem sanitária” (:243) realizavam necropsias e autópsias, distribuíam anti-raticidas, ora dialogando com os saberes nativos, ora chamando a autoridade policial para fazer valerem as suas medidas higienistas sobre casas, pessoas e ambiente físico (:225-232). Mas os procedimentos técnicos assumiam a dimensão de ritos, realizados em uma sequência de etapas que obedeciam a um encadeamento preciso (:242), enquanto a cosmologia sanitária era constituída a partir de um saber venatório, estreitamente ligado ao paradigma indiciário formulado por Carlo Ginsburg. Nas palavras da própria autora,

[...] as “grandes campanhas” protagonizadas por esses sanitaristas podem ser consideradas como ações rituais visando exorcizar os males representados pelas doenças que se abatiam sobre o país. Todas essas etapas, em seu conjunto, adquirem um caráter verdadeiramente religioso na medida em que são realizadas a partir de uma sequência litúrgica extremamente expressiva (:282)

A vigilância epidemiológica era uma etapa fundamental do processo ritual, reforçando e reafirmando os princípios contidos no conjunto das ações, qual seja, garantir proteção à nação.

A autora conclui chamando a nossa atenção justamente para a dimensão expressiva e simbólica dos procedimentos técnicos narrados por essa geração de sanitaristas da década de 30. A vigilância epidemiológica, princípio norteador de suas práticas, teria sido ameaçada quando da reinfestação do território brasileiro pelo *aedes aegypti* na década de 80, provocando a epidemia da dengue – eles acabando por assumir a forma de profetas do infortúnio anunciado (:301). Mais do que uma autobiografia ou mesmo memória, os enunciados dos “Empalhados” remetem a uma narrativa, aproximando-os das corporações de ofício da Idade Média, com suas histórias de terras distantes trazidas pelos egressos de longas viagens, compartilhadas e contatas em conjuntos de aprendizes e mestres. Poderíamos conceber tais viagens como peregrinações “laicas”, tal como aquelas realizadas pelos funcionários públicos na constituição de nações latino-americanas e asiáticas, indicadas por Benedict Anderson em seu livro sobre as condições de possibilidade do sentimento de pertencer a uma nação?

Para além das contribuições que este livro necessariamente traz aos estudos históricos sobre a Saúde Pública no Brasil, assim como daquelas certamente oferecidas às pesquisas em sociologia das profissões, poderíamos nos perguntar acerca de algumas que dizem respeito ao debate em torno do nacionalismo. Anderson (1992), autor não trabalhado no livro, permite supor que o tema nacionalismo tem estreita relação com o surgimento de línguas impressas e com as contínuas peregrinações laicas dos funcionários públicos nativos, com destaque para o trânsito de homens e documentos intra e entre colônias asiáticas e latino-americanas e metrópoles europeias. Desta maneira, o modo pelo qual a autora retrata os sanitaristas da geração de 30 e suas, por assim dizer, peregrinações laicas, assim como os

valores compartilhados a partir de viagens a trabalho, poderiam apontar outros elementos para se pensar seu papel na construção da nação; principalmente se uma exploração maior de suas cadernetas de campo e mesmo entrevistas fosse possível, ao invés da concentração nos livros publicados nos dois capítulos finais.

As narrativas desses “Empalhados” podem agregar outra hipótese sobre a participação dos sanitaristas na formação da nação, além daquelas que a consideram no plano da adesão e da difusão de uma ideologia nacionalista (Castro Santos, 1985). Outros estudos no campo da saúde pública lançam mão das hipóteses de Anderson (1992) – como o de Hochman (2006) – só que no sentido de pensar a formação de uma comunidade nacional via aumento da interdependência entre grupos sociais, ocasionada em meio a epidemias. quem sabe seja possível aguardar, em futuras publicações, outros elementos não só para a história da Saúde Pública, como também para o estudo do tema do nacionalismo no Brasil, partindo-se das formulações já conhecidas, ligadas à ideologia, em direção àquelas mais próximas da própria constituição de um sentimento de nação – este construído na partilha de valores entre funcionários públicos em meio a suas “peregrinações laicas”.

Referências bibliográficas

ANDERSON, B. "Imagined communities – reflections on the origin and spread of nationalism" (Revised Edition). London/New London/NewLondon/New York: Verso, 1992.

HOCHMAN, G. *A Era do Saneamento – as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2006 [1998].

CASTRO SANTOS, L. "O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 28, n. 2, pp. 193-210, 1985.